Nº 85 ABRIL/2010

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

A cor e a vida

A história e a saúde pública não deixam dúvida: negros e negras são as maiores vítimas

págs. 8 e 9

ENTREVISTA

Iriny Lopes: "A direita vai apostar na turbulência"

págs. 10 a 12

UNE com Dilma
A primavera nos dentes pág. 6

Flávio Dino: um governador de esquerda no Maranhão pág. 3

V Jornada de Formação Política da AE pág. 20

EDITORIAL

Na edição 84 de *Página 13* (O ataque dos cavernícolas) publicamos textos de apresentação das pré-candidaturas de Dionilso Marcon (RS), Júlio Quadros (RS), Dioclécio Grippa (RS), Maurício Piccin (RS), André Taffarel (RJ), Mário Cândido (PR), Cláudio Vereza (ES), Paulo Alves Gobira (ES), Zé Luiz (ES), César Medeiros (MG), Valmir Assunção (BA), Paulo Bomfim (AL), Iran Barbosa (SE), Mucio Magalhães (PE), Fernando Nascimento (PE) e Cícero Magalhães (PI). Nesta edição 85, publicamos a apresentação de outras pré-candidaturas de militantes vinculados à Articulação de Esquerda.

Aproveitamos para informar as medidas que tomamos, como parte do esforço permanente para ampliar a carteira de assinantes do jornal *Página 13*:

- aumentamos o número de edições, passando de mensal para quinzenal, totalizando 24 edições ao ano, somando edições eletrônicas e impressas;

- ao mesmo tempo, diminuímos o valor das assinaturas (20% na assinatura anual e 26,6% na bianual).

Tomando por base o custo de produção e distribuição do Página 13, dividido pelo número de assinantes, levando em conta os atuais valores das assinaturas, chegamos ao seguinte número: 3 mil assinantes.

De imediato, queremos fazer 1.800 novas assinaturas até outubro de 2010.

Lembrando os novos valores das assinaturas: a assinatura anual (24 edições, entre impressas e eletrônicas) custa 50,00; a assinatura bianual (48 edições, entre impressas e eletrônicas) custa 100,00; no caso dos militantes, as assinaturas custam 60 reais (anual) e 110 reais (mlitante).

De maneira resumida: não basta ser militante, tem que ser assinante.★

OPINIÃO

Classe e raça

*Helbson de Ávila**

O Partido dos Trabalhadores reafirmou, em seu IV Congresso, seu objetivo estratégico socialista. De olho na história de subproletariazação da classe trabalhadora e precarização das relações trabalhistas, somadas ao distúrbio e marginalização do exército reserva, provocados pelo atual modelo econômico, o PT lança um olhar específico em direção a cada segmento societário, criando os setoriais e secretarias afins.

Torna-se então um dirigente, não só da classe trabalhadora encontrada no seu local de trabalho, mas também em suas específicas lutas por emancipação no local de moradia, por segmento etário, étnico etc. A luta anticapitalista, anti-imperialista e anti-hegemônica, recebe recortes específicos que proporcionam adesões de muitas mulheres, negros, jovens e outros.

No movimento de combate ao racismo (ou movimento negro), a luta anticapitalista é aderida por terem sido, assim como outros, vítimas desta saga. Sua especificidade, porém, reside na usurpação e expropriação de seu bem maior. Com o advento do capitalismo, início das grandes navegações, milhões de negras e negros foram violentamente retirados de suas terras, afastados de seus entes e, sem perspectivas, forçados a trabalhar em terras distantes. Em seguida, após a abolição, marginalizados.

A luta anti-imperialista tornou-se plataforma de luta para este segmento, ao perceber dentre outras espoliações, a soberba postura européia e norte-americana, ao ignorar todo um histórico de construção societário no continente africano, o que tentam a todo custo (principalmente por meio dos livros didáticos) reproduzir e refazer na América Latina hoje.

Hegemonicamente, a luta é travada principalmente no plano das idéias. O poder midiático insiste a todo momento em corromper e corroer a já dilacerada mente humana, pervertendo-a com valores individualistas e consumistas com recorte racial, promovendo a manutenção do estigma racista existente na sociedade. O padrão de consumo oferecido está além da capacidade agregativa também oferecida pela classe dita hegemônica (em sua maioria não negra). É preciso repensar esse modelo econômico e destituir quem a este dita as regras.

A Articulação de Esquerda é provocada por esta linha de análise e em sintonia com a mesma, seus militantes devem participar do Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, aproveitando a oportunidade para articular a I Conferência Nacional de Combate ao Racismo da AE.★

*Helbson de Ávila** é membro do Coletivo Estadual de Combate ao Racismo do PT/RJ

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

MARANHÃO

Esquerda pode eleger o governador

*Bruno Rogens**

Foi uma vitória para lavar a alma da esquerda maranhense. O encontro de definição de tática eleitoral 2010 do PT do Maranhão derrotou o governo ilegítimo de Roseana Sarney (PMDB) e decidiu por uma coligação com PCdoB e PSB.

A votação foi nominal, com a entrega de crachás para representantes das duas teses. Ao final ficou confirmada nossa vitória, por dois votos de diferença. 87 versus 85. Após comemoração emocionada e efusiva do nosso campo. Paulo Frateschi afirmou "As regras foram seguidas, tem uma proposta vencedora e é com essa que o Partido dos Trabalhadores vai trabalhar".

Ao final do encontro, Flávio Dino fez um discurso afirmando dentre outras coisas que aquela era uma vitória que equivalia à vitória do primeiro turno das eleições estaduais. Dedicou a vitória a Manoel da Conceição que foi aclamado aos gritos de "Mané, Guerreiro, do povo brasileiro!"

Na segunda-feira seguinte Flávio Dino concedeu entrevista coletiva e convidou a direção estadual do PT. Perguntado sobre como avalia o governo Roseana Sarney, afirmou que se "vê muitas placas (publicitárias) espalhadas pela cidade". O jus espeniandi começou logo em seguida, com informações dando conta da indignação de Sarney e manobras visando alterar o resultado do encontro. Mas não há nada, do ponto de vista da legalidade petista (estatuto, resolução do 4º Encontro Nacional do PT, regulamento do encontro de tática) que autorize a alteração do resultado do nosso encontro.

Na sequência, da esquerda para direita: Manoel da Conceição, Flávio Dino, José Eduardo Dutra, Raimundo Montero, Helena Heluy, Paulo Frateschi (encoberto), Washington Oliveira.

Agora trabalhamos pela construção da unidade interna. Roseana e José Sarney continuarão pressionando para que o PT maranhense ingresse na administração estadual, como forma de vincular sua imagem à da candidata do PT ao Planalto, Dilma Roussef, bem como ao prestígio do presidente Lula.

Caberá ao setor derrotado no Encontro escolher entre a construção da unidade partidária e da vitória eleitoral da esquerda em outubro próximo; ou entrar no governo e na campanha de Roseana pelas portas dos fundos do Palácio dos Leões, contribuindo assim para a perpetuação de um poder dinástico que aprofundará a miséria e a pobreza do povo maranhense. ★

***Bruno Rogens** é militante do PT Maranhão

PARANÁ

Alianças que atrapalham

*Augusto Franco**

Parte dos que defendem a aliança com Osmar Dias justificam-na em nome de um palanque forte para a eleição nacional. Mas é preciso assumir que existem projetos antagônicos na sociedade. Não nos furtaremos a defender a candidatura própria do PT.

No encontro municipal de Curitiba, após um intenso debate, mais de 80% dos delegados aprovaram a defesa da candidatura própria e rejeitaram a aliança com Osmar Dias. Mesmo com este recado, a cúpula do PT Paraná insiste em ignorar os estragos políticos que uma aliança com Osmar Dias nos causará.

Parte dos que defendem essa aliança justificam-na em nome de um palanque forte para a eleição nacional. Mas é preciso assumir que existem projetos antagônicos na sociedade. Osmar Dias era candidato de Lerner e Beto Richa entre outros. Esse senhor, quando secretário, perseguiu nossos companheiros e atuou em defesa do agronegócio e dos latifundiários, seus maiores apoiadores. Osmar Dias, aliás, assinou uma CPI para perseguir os trabalhadores rurais sem terra.

A direção do partido, em todas as reuniões feitas na gestão da então presidente Gleisi, teve como prioritária a construção de uma candidatura própria. Mas entre a decisão da maioria do diretório e o encaminhamento das decisões existiu uma enorme distância. O partido, seus dirigentes e suas posições não foram levadas em consideração.

Ouvimos deste o início de 2009 que tudo estava em função da candidatura nacional, ou seja, ou aceitamos a aliança com Osmar Dias ou podemos sofrer intervenção. Na reunião do diretório estadual, realizada no final de 2009, dois quadros colocaram seu nome à disposição do partido para disputar o governo, o que mereceu uma acolhida calorosa pelos presentes. Ainda assim, a então presidente disse que os esforços seriam em outro sentido.

Nós, habitantes das terras dos pinheirais, não temos escolha? Mas que partido mesmo é o nosso? Foi pra isso que milhares se doaram, perderam trabalho, derramaram seu sangue? Não! Senhor Lula, senhor José Eduardo Dutra, senhor Paulo Bernardo e senhora Gleisi dizemos: NÃO. O partido que todos se orgulham em defender é o partido que nasceu de baixo para cima e não aceita imposições. Foi esse recado que Curitiba deu aos que insistem em defender essa política do vale tudo, e é contra essa política que estaremos lutando no PT, nos movimentos sociais e sindicatos para barrar essa aliança.

O encontro estadual que seria dia 10/03 foi cancelado sem maiores explicações. Mas, seja quando for, não nos furtaremos a defender a candidatura própria e barrar esse atentado contra a historia do PT-Paraná. Venha conosco! ★

***Augusto Franco** integra o Diretório do PT Paraná e atua na Militância Socialista

O plano de Obama e os desafios do Brasil

*Carlos Kalifa**

Nos EUA, a reforma de Obama propôs exatamente a ampliação da intervenção governamental para resolver o impasse no setor privado de saúde.

O PT deve compreender a necessidade de apostar no projeto igualitário, solidário e socialista do SUS, de modo a incrementar seu financiamento, diminuir a desigualdade de acesso, melhorar a qualidade dos serviços e planejar a relação público/privado (ampliando ações regulatórias, reduzindo a incorporação irracional de tecnologia e refreando a duplicação da oferta). Porém, a luta pelo SUS pressupõe a adoção de políticas regulatórias, que tornem o mercado de planos, de fato, suplementar. Este mercado, hoje, substitui o SUS, levando-nos a uma espécie de "americanização perversa", para usar aqui as palavras da Professora Maria Lucia Werneck Vianna.

Nessa linha, o PT precisa refletir sobre o imperativo de reformar o mercado, em direção a novos modos de intermediação do financiamento de serviços privados. Caso não seja plausível conceber o sistema de saúde fora das relações mercantis, por exemplo, dever-se-ia pensar um tipo de propriedade privada de interesse público, que funcione como um farol na regulação de preços, na padronização da cobertura, na melhoria da qualidade da atenção médica privada, na implantação de arranjos organizacionais solidários e no cumprimento de metas clínicas e epidemiológicas. O próprio Estado poderia usar seu poder de compra (economia de escala) como braço de apoio regulatório da ANS, para relativizar o poder dos oligopólios e sancionar a concorrência regulada. Nesse sentido, as experiências organizacionais de instituições como o seguro-saúde do Banco do Brasil, a Fundação de Seguridade Social – GEAP e mesmo o novo seguro da Caixa Econômica Federal devem ser seriamente avaliadas pelo partido. Vale dizer, foi essa a ideia-força que orientou a proposta do Plan Public Option da reforma de Obama, mas que não foi aprovado na versão final. Por que será?

Nessa perspectiva, dentro de um projeto de capitalismo de Estado, sob hegemonia do SUS, como nem todos os setores do mercado são iguais, o associativismo, o cooperativismo e a filantropia poderiam até se tornar aliados importantes na construção da esfera pública, onde as parcerias público-privado atendenssem as funções constitucionais da propriedade, contrabalançando o mercado tipicamente capitalista e o próprio empresariamento médico.

Apesar de seus parcos recursos financeiros, o SUS vem demonstrando uma vitalidade impressionante. Isso não impede que reconheçamos sua crise de legitimidade junto aos sindicalistas, funcionários públicos e assalariados urbanos, nem retira nossa força, tampouco nossa superioridade, na comparação entre o PT e o PSDB na gestão da saúde. Para defender o SUS na luta de massas e na arena parlamentar, a pré-condição essencial é, a um só tempo, melhorar as condições de oferta do SUS e reformar as instituições do mercado.

Do ponto de vista ideológico não será tão complicado persuadir as centrais sindicais, os funcionários públicos e os trabalhadores urbanos cobertos pelo setor privado quanto à necessidade de transitar do modelo dos Estados Unidos da América (seguro privado) para o modelo consagrado pelo Estado de bem-estar social europeu (seguro social e seguridade).

Devemos convencer nossa base social de que, nos EUA, a reforma de Obama propôs exatamente a ampliação da intervenção governamental para resolver o impasse no setor privado de saúde. De um lado, por razões humanitárias, uma vez que 46 milhões de cidadãos estavam fora do sistema, sem acesso aos serviços de assistência médica. De outro, por questões relacionadas à governabilidade: considerando a queda de popularidade e o aumento da taxa de desemprego em plena crise econômica internacional, o governo teve que responder à ineficiência do mercado de planos de saúde diante dos segurados. Finalmente, o modelo privado impõe custos elevados ao sistema estadunidense (16% do PIB), retirando recursos crescentes do circuito acumulação-realização, além de não apresentar resultados epidemiológicos satisfatórios, penalizando as condições de vida e assistência à saúde dos jovens, imigrantes, trabalhadores de baixa-renda e *blue-collars*.

O que podemos aprender com essa experiência, que inflinge perdas patrimoniais catastróficas a famílias inteiras, levando-as ao desespero e à bancarrota? Existe uma contradição entre o art. 196 (direito social) e art. 199 (livre à iniciativa privada) da Constituição, porém o mercado não será extinto por decreto. Na disputa eleitoral de 2010, a principal lição a tirar é a de dialogar com nossos eleitores sobre a importância de aprofundar a regulamentação dos planos privados de saúde.

Essa proposta pretende subsidiar a construção de políticas públicas, para superar a lógica excludente do mercado, que privilegia lucros, seleciona riscos e expulsa doentes crônicos e idosos. Em uma estratégia defensiva de acúmulo de forças na defesa do SUS, essa cultura deve ser combatida, na teoria e na prática. Mas não basta construir um programa tecnicamente viável. É fundamental que seja fruto do consenso, da unidade do PT e dos partidos do campo democrático-popular, que conte com a participação dos nossos aliados profissionais de saúde, gestores e conselheiros de saúde. Precisamos de toda força e de toda energia para negociar nosso programa com o PMDB e sustentar a realização deste projeto no futuro governo Dilma.

As eleições presidenciais serão momento decisivo para mobilizar o bloco histórico identificado com a reforma sanitária, com o movimento pela democratização da saúde, permitindo ao PT retomar seu protagonismo político na área da saúde pública. A reforma sanitária deve caminhar em direção à consolidação do orçamento da seguridade social e à unicidade do SUS, para alargar o direito social na área da atenção à saúde e convencer a sociedade da superioridade do modelo universal. ★

***Carlos Kalifa** é coordenador do Núcleo Largo do Machado (PT-RJ)

EDUCAÇÃO

Conferência Nacional celebra democracia

*Lula Ramires**

Brasília foi palco de um grandioso evento em que cerca de 3.000 participantes, entre delegados do poder público e da sociedade civil mais observadores, aprofundaram o debate e deliberaram sobre os rumos a serem tomados pela Educação no Brasil na próxima década (2011-2020).

O processo teve início dois anos atrás quando o Ministério da Educação (MEC) destinou volumosos recursos e formalizou a criação da Comissão Organizadora Nacional (CON) composta por uma ampla gama de representações envolvendo profissionais de educação (gestores, educadores e funcionários), estudantes, pais e mães, sindicatos e entidades não-governamentais (tais como as de movimento negro, de mulheres, de pessoas com deficiência, LGBT, quilombolas, indígenas, além daquelas que militam especificamente pelo direito universal à educação de qualidade).

Em 2009, foram realizadas inúmeras conferências municipais e intermunicipais que elegeram representantes para as etapas estaduais. Estas indicaram delegados e delegadas que compareceriam à Conferência Nacional de Educação (CONAE), a qual finalmente ocorreu de 28 de março a 01 de abril de 2010. Pelas regras definidas pela CON, seriam apreciadas na plenária em Brasília as propostas que tivessem sido aprovadas em pelo menos 5 Estados.

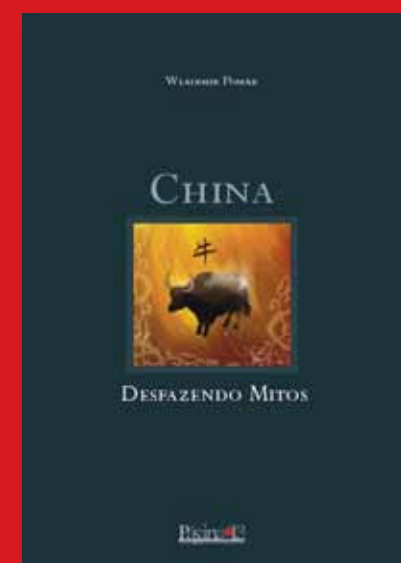
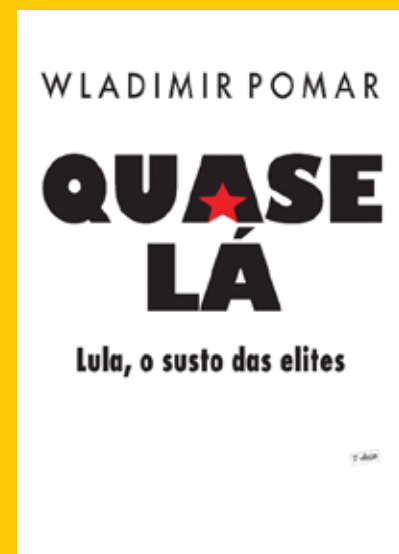
Entre as principais deliberações da CONAE, estão:

- Criação do Sistema Nacional de Educação, para articular as ações em todos os níveis e áreas;
- Criação do Fórum Nacional de Educação, de caráter mais democrático que o Conselho Nacional de Educação. Este e os Conselhos Estaduais e Municipais sofrerão mudanças para que ganhem representatividade;
- A gestão democrática será estendida (e obrigatória) também para o setor privado;
- Reserva de no mínimo 50% das vagas para estudantes egressos do ensino médio público, respeitada a proporcionalidade da população negra e indígena de cada Estado;
- Ampliação de creches, do ensino fundamental em período integral e do ensino médio profissionalizante;
- Construção de um Referencial Nacional para a formação docente;
- Melhoria salarial para os profissionais de educação, com piso nacional de R$ 1.800,00;
- Dedicação exclusiva do professor num cargo único com 1/3 da carga horária destinadas a atividades extra-classe;
- Licença remunerada para mestrado e doutorado;
- Ampliação dos recursos até atingir 10% do PIB para a educação pública;
- Vinculação dos recursos da União em 25% e de Estados e Municípios em 30%;
- Destinação de 50¨% do Fundo do Petróleo e do Pré-Sal para a Educação;
- A partir de 2018, o FUNDEB não poderá mais financiar instituições privadas.

Além disso, no âmbito do Eixo VI do documento-base, que tratou da questões da igualdade e da diversidade nos sistemas educacionais, diversas medidas foram aprovadas visando garantir não apenas a inclusão mas também o sucesso escolar de segmentos populacionais inteiros que estão fora ou apresentam desempenho abaixo da média por motivos históricos e sociais. Grande destaque foi dado ao combate a todas as formas de preconceito e exclusão, principalmente o racismo, o sexismo e a homofobia.

De modo geral, a CONAE que transcorreu com impressionante tranqüilidade já que foi dotada de infra-estrutura adequada, contando inclusive com apresentações culturais diversificadas. O ponto alto foi sem dúvida o momento em que a plenária final interrompeu seus trabalhos para receber a presença do Presidente Lula. Recebido calorosamente, ele fez um balanço dos inúmeros avanços educacionais do Governo Federal frente aos anos FHC. Para driblar a acusação de campanha antecipada, Lula usou a metáfora do rio: “estamos na metade da travessia e não podemos voltar para trás”, sentenciou.

Passada a emoção dos debates acalorados, fica agora a tarefa de cobrar do Congresso Nacional que respeite as deliberações oriundas de um processo que mobilizou milhões de brasileiros, inscrevendo-as no Plano Nacional de Educação que o País necessita para aprofundar a participação democrática de nosso povo, sem há qual não haverá justiça social. Afinal, a educação é um direito humano sem qual não é possível exercer qualquer outro direito. ★

***Lula Ramires** é Coordenador do Setorial LGBT do PT de São Paulo e militante da AE

A primavera nos dentes

*Tássio Brito**

A batalha política que se avizinha está cada vez mais clara a medida que o tempo passa e as forças envolvidas neste processo vão fazendo suas movimentações. Apesar de sabermos o que os campos representados pela candidata do PT, Dilma Rouseff e pelo candidato, agora oficial, José Serra do PSDB têm como programa para o nosso país, faz-se necessário estarmos sempre atentos para seus lances diários.

Digo isso pois no lançamento da candidatura de José Serra à presidência, os que estavam ao seu lado eram velhos adversários, com algumas palavras novas e outras nem tanto. A fala do governador de Minas Gerais, Aécio Neves do PSDB, apoiada por FHC e Serra, foi clara. O programa dos tucanos foi e continua sendo, vender as riquezas do Brasil, entregar a educação, saúde e outros serviços fundamentais nas mãos da elite brasileira, tirando do estado a responsabilidade de oferecê-los a população.

Tássio Brito com Dilma: a UNE deve tomar posição

Para os/as militantes dos movimentos sociais, que durante muito tempo lutaram para que conseguíssemos interromper a lógica neoliberal perversa que predominou no Brasil depois da reabertura política, em contraponto com as esperanças de um povo inteiro por um Brasil mais justo, é um momento de ainda mais luta.

Para os/as estudantes, é um momento de guerra! Guerra àqueles/as que imprimiram a maior ofensiva a educação que este país já viu. Sucateando nossas universidades, abrindo o caminho para a privatização do ensino superior, para a entrada de capital internacional nas universidades brasileiras e acabando, através dos investimentos pífios na educação, com qualquer possibilidade dos/das filhos/as dos/as trabalhadores/as fizessem o terceiro grau.

Mesmo ainda faltando muito pra se resolver os problemas da educação brasileira, foi o governo Lula que conseguiu estancar esse processo, reativar os investimentos em educação, inclusive triplicando o valor aplicado nesta área em relação ao governo de Serra e FHC (e ainda por cima foi derrubada a DRU, que retirava dinheiro da educação e agora injetará ainda mais recursos no orçamento do MEC).

No ensino superior pela primeira vez se fez uma abertura concreta e massiva de novas vagas nas universidades federais. Foram 13 Universidades novas e mais de uma centena de campis espalhados pelo Brasil. Pela primeira vez se tomou a iniciativa de começar a mudar o modelo excludente e segregador de seleção que é o vestibular, investindo numa nova forma de acesso às universidades mais justa e que ajude a orientar melhor os conteúdos e métodos do ensino médio.

Óbvio, que ainda nos resta um tanto de coisas a se fazer. Retirar os vetos ao PNE impostos pelo governo de Serra e FHC que desobrigam o estado a investir ainda mais em educação, regulamentar de forma definitiva o ensino superior privado, agir pela democratização das universidades – públicas e privadas, ampliar ainda mais os recursos para assistência estudantil e ter um plano concreto de expansão continuada e com qualidade das universidades públicas.

Necessário ainda é fazer uma ampla e profunda reforma universitária que de conta de fazer tudo o que já foi citado e outras tantas coisas fundamentais para o ensino superior brasileiro, que inclusive constam no PL da UNE que tramita no congresso nacional desde o ano passado.

Importante fazer essas reflexões pois neste mês estaremos reunidos no conselho nacional de entidades gerais da UNE no Rio de Janeiro de 22 a 25. Neste fórum debateremos e deliberaremos sobre a atuação da UNE frente ao processo eleitoral deste ano. A Juventude da Articulação de Esquerda do PT, sob a tese RECONQUISTAR A UNE, sempre entendeu que a melhor forma de se disputar os rumos do país é apresentando de que lado combatemos. Desta vez não faremos diferente, e agora, ainda com mais ênfase dada a clara polarização das eleições neste ano.

Nós somos de uma entidade que tem por princípio a sua autonomia e exercer essa autonomia é ter a condição de se posicionar sobre qualquer acontecimento que nos rodeie. Mas mais do que isso, acreditamos na UNE como uma entidade dirigente, que consiga mobilizar sua base social.

O que está claro, é que todo o debate programático que fazemos, o nosso projeto de universidade e o nosso projeto de Brasil, serão inócuos em um eventual governo da direta, um governo de Serra. Ainda que consigamos, e é importante que o façamos, elaborar um grande documento político com as diretrizes do que a UNE entende como o melhor caminho para que o país siga, o central será derrotar o conservadorismo nas eleições.

Este ano, o que está em jogo é o inicio de uma hegemonia de esquerda na sociedade brasileira, este ano o que está em jogo é prosseguimento do rompimento com a lógica capitalista perversa, é o aprofundamentos das políticas sociais, é o inicio do tempo das grandes reformas que precisamos ainda enfrentar. É o ano de quebrar mais um preconceito, é o ano da mulher na presidência, este ano é o ano de Dilma Presidenta! ★

***Tássio Brito** é terceiro vice-presidente da União Nacional dos Estudantes

Na luta pela vida!

Tiago Soares*

A juventude negra na defesa do direito a vida: essa é a tônica que vem sendo cada vez mais debatido nos fóruns de discussão do movimento negro, principalmente nos de juventude.

No I Encontro Nacional de Juventude Negra realizado na Bahia foi diagnosticado que em todos os índices de homicídios apresentado por órgãos de pesquisa, os jovens negros aparecem na primeira posição, devido à política desenvolvida pelo estado burguês brasileiro, que mesmo após a abolição continuou a praticar a política de branqueamento e extermínio da população negra, segundo Juarez C. Silva no texto "A política brasileira de branqueamento - uma visão jurídica":

A título de introdução se faz necessário explicar que em meados do século XIX (1853) o Conde francês Joseph Arthur de Gobineau publicou seu "Essai sur l'inégalité des races humaines" (Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas), que é tido como a Bíblia do racismo moderno, e que deflagrou a era do chamado racismo científico, cujas idéias culminaram com a eugenia e a tese nazista-fascista da superioridade ariana.

Acontece que Gobineau foi Ministro da França no Brasil e "conselheiro" de D. Pedro II. Gobineau via o Brasil como um país "sem futuro", devido a grande quantidades de pretos e miscigenados. Defendia que o país precisava "branquear" (se livrar dos negros). As idéias racistas de Gobineau fizeram escola mundo afora e aqui influenciaram a vários autores e a intelectualidade de fins do século XIX e início do XX, entre eles Artur Ramos, Nina-Rodrigues e atingindo inclusive escritores renomados, como Euclides da Cunha e Monteiro Lobato.

Todo este movimento de intelectuais racistas, aliados a políticos idem, em fins do séc. XIX, conduziu à política nacional de embranquecimento, com a imigração européia (e secundariamente japonesa) massiva e uma abolição da escravidão feita de forma a empurrar os negros para as margens da sociedade, mantendo-os em condições de extrema pobreza, até que se extinguissem devido a mortalidade infantil, desnutrição, doenças, mazelas sociais e também através das sucessivas miscigenações, ou seja, até que os negros desaparecessem por completo do cenário nacional. Alguns autores chegaram a prever que em setenta anos não haveria mais negros no Brasil.

O racismo científico manteve-se hegemônico até os anos 1930, mas as idéias racistas continuaram influenciando políticas oficiais discriminatórias por um bom tempo. Ainda hoje há vestígios desta política genocida, que afeta principalmente aos jovens e adolescentes, conforme os índices nacionais disponibilizados pelo próprio Estado brasileiro.

No Brasil, a possibilidade de ser vítima de homicídio é maior entre os adolescentes e jovens. De acordo com o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), a probabilidade de ser assassinado é quase 12 vezes maior quando o adolescente é do sexo masculino do que do feminino. O risco também é quase três vezes maior para os negros em comparação aos brancos.

O racismo científico manteve-se hegemônico até os anos 1930, mas as idéias racistas continuaram influenciando políticas oficiais discriminatórias por um bom tempo. Ainda hoje há vestígios desta política genocida, que afeta principalmente aos jovens e adolescentes.

O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) foi criado para medir o impacto da violência letal neste grupo social e avaliar o fenômeno. A ferramenta foi desenvolvida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Observatório de Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-Uerj), dentro do Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL).

A partir do governo Lula, as políticas de ações afirmativas passaram a ganhar mais força. Setores conservadores da burguesia brasileira atentam contra as medidas, vice o que se passou nas Audiências Públicas realizadas no Supremo Tribunal Federal para tratar do sistema de cotas. A ofensiva de setores conservadores contra as políticas de cotas nas universidades públicas é uma demonstração explícita da falta de comprometimento com a igualdade racial.

Na mais recente conferência nacional de Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos foi deliberado pelos delegados(as) presentes a importância de apoiar o fórum nacional de juventude negra na campanha Contra o Genocídio da Juventude Negra.

A juventude do PT tem papel importantíssimo nesse processo, principalmente porque é a juventude partidária mais organizada neste país e presente em diversos movimentos sociais organizados. No seu I Congresso Nacional, foi deliberado que a juventude petista estaria engajada nesta luta que se faz necessária contra o genocídio, devido ao atos ainda hoje praticados por agentes públicos de segurança. ★

***Tiago Soares** é historiador e secretário municipal da JPT Guarulhos

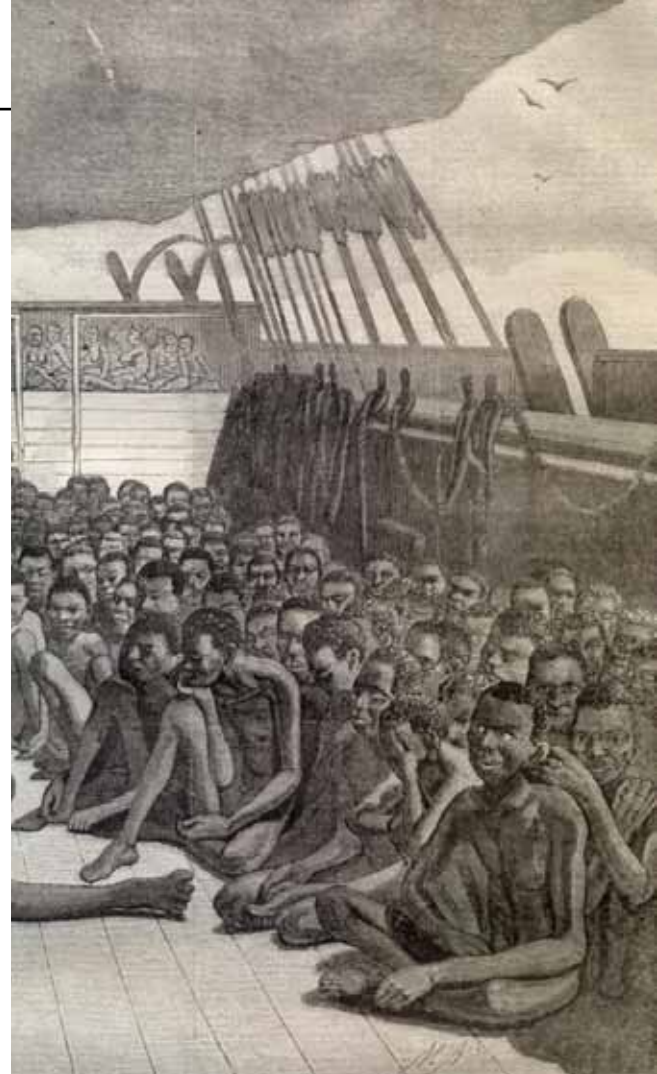
A cor e a morte

Ricardo Menezes*

O Príncipe Regente de Portugal, D. João, no Alvará de 24 de novembro de 1813, que regula a arqueação dos navios empregados na condução dos negros que dos portos da África se exportam para os do Brasil, nas suas considerações iniciais, enfatizava as razões que o levaram a exarar tal ato régio:

> *Eu, o Príncipe Regente faço saber aos que este meu alvará com força de lei virem, que tendo tomado na minha real consideração os mapas de população deste Estado do Brasil, que mandei subir à minha real presença, e manifestando-se à vista deles, que o número de seus habitantes não é ainda proporcionado à vasta extensão dos meus domínios nesta parte do mundo (....) e que tendo considerado semelhantemente que as disposições previdentes que tenho ordenado a bem da população destes meus domínios, não podem repentinamente produzir os seus saudáveis efeitos, por dependerem do sucessivo trato do tempo, não sendo por isso possível facilitar o suprimento dos operários, que a enfermidade e a morte diariamente inabilitam ou extinguem, se me fez manifesta a urgente necessidade de permitir o arbítrio, até agora praticado, de conduzir e exportar dos portos da África braços que houvessem de auxiliar e promover o aumento da agricultura e da indústria, e procurar, por uma maior massa de trabalho, maior abundância de produções.*
>
> *Mas, tendo-me sido presente o tratamento duro e inumano, que no trânsito dos portos africanos para os do Brasil sofrem os negros que deles se extraem; chegando a tal extremo a barbaridade e sórdida avareza de muitos dos Mestres das embarcações que os conduzem, que, seduzidos pela fatal ambição de adquirir fretes, e de fazer maiores ganhos, sobrecarregam os navios, admitindo neles muito maior número de negros do que podem convenientemente conter; faltando-lhes com alimentos necessários para a subsistência deles, não só na quantidade, mas até na qualidade, por lhes fornecerem gêneros avariados e cor¬ruptos, que podem haver mais em conta; resultando de um tão abominável tráfico, que se não pode encarar sem horror e indignação, manifestarem-se enfermidades, que, por falta de curativo e conveniente tratamento, não tardam a fazerem-se epidêmicas e mortais, como a experiência infelizmente tem mostrado: não podendo os meus constantes e naturais sentimentos de humanidade e beneficência tolerar a continuação de tais atos de barbaridade, cometidos com manifesta transgressão dos direitos divino e natural, e régias disposições dos Senhores Reis meus Augustos Progenitores, transcritas nos Alvarás de 18 de março de 1684 e na Carta de Lei do 1º de julho de 1730, que mando observar em todas aquelas partes que por este meu alvará não forem derrogadas ou substituídas por outras disposições mais conformes ao presente estado das coisas, e ao adiantamento e perfeição a que tem chegado os conhecimentos físicos [médicos] e novas descobertas químicas, maiormente na parte que respeita ao importante objeto da saúde publica: sou servido determinar e prescrever as seguintes providências, que inviolavelmente se deverão observar e cumprir".*

Na sociedade escravocrata a saúde da massa de trabalhadores cativos não dizia respeito ao Estado, mas sim à lógica interna da propriedade.

O incentivo à importação de africanos incrementado a partir da década de 1570, durante os mais de dois séculos que se seguiram produziram altas taxas de mortalidade de escravos – população majoritariamente adulta jovem e originalmente saudável – nos navios negreiros durante as viagens de um a três meses entre os portos da África e os do Brasil, ou seja, cerca de 5 a 10% conforme estudo das viagens realizadas nos períodos 1795-1811 e 1825-1830. Tais taxas, caso se verificassem na população camponesa da Europa Ocidental no século dezoito, durante período semelhante ao das viagens, equivaleria a uma taxa de mortalidade epidêmica, pois se configuraria extraordinariamente elevada para os padrões contemporâneos do século dezoito. Além disso, muitos africanos ao deixarem o navio negreiro ainda eram portadores de doenças e ou estavam enfraquecidos pela experiência da viagem, o que explica as também altas taxas de mortalidade dos escravos recém-chegados nos primeiros meses de vida no Novo Mundo.

Diante desta realidade, no mencionado Alvará de 24-11-1813, sistematizou-se detalhadas disposições com a finalidade de intervir sobre diversos fatores relacionados ao transporte de africanos para o Brasil nos navios negreiros e instituiu-se premiação em pecúnia para o Mestre (240$000: duzentos e quarenta mil réis) e o Cirurgião perito (120$000: cento e vinte mil réis) da embarcação, que, depois da travessia do Oceano Atlântico, apresentasse taxa de mortalidade de escravos que não excedesse 2% e, se não excedesse 3%, receberiam a metade do prêmio.

Na realidade, na sociedade escravocrata a saúde da massa de trabalhadores cativos não dizia respeito ao Estado, mas sim à lógica interna da propriedade – essencialmente a rural –, e a atenção recebida era menor quanto maior fosse a disponibilidade dessa mão-de-obra.

A título de ilustração, encontra-se no Arquivo Nacional, no acervo da Fisicatura-Mór do Reino (1808-1822) e depois do Império (1822-1828), o pedido de exame – exigia-se a aprovação prévia pelos médicos da Fisicatura a fim da obtenção de autorização para o exercício de práticas de saúde –, datado de 1818, requerido por Manoel Antunes Godoy, dos Campos dos Goitacazes. Nesse requerimento o interessado informou que praticava e exercia a arte de cirurgia e medicina prática há mais de 15 anos e que o "Hospital dos Ca-

tivos da fazenda grande do Exmo. Visconde de Asseca" ficava a seu cargo, assim como a assistência a "algumas pessoas miseráveis que pela longitude do povoado [e] a falta de meios se tem curado com os socorros do suplicante".

Destaque-se que, apesar do investimento representado por cada escravo, nem todos os proprietários cuidavam adequadamente da escravaria. É relevante atentar para a contradição de se cuidar de uma coisa – juridicamente o escravo era considerado como uma coisa e não uma pessoa – que não é sujeito, pois o escravo era visto como uma mercadoria que tinha valor. A partir do início da segunda metade do século dezenove, estabelecido o maior controle sobre o tráfico de escravos, preocuparam-se os senhores com a preservação da mão-de-obra cativa, já que a oferta se tornara mais escassa, mas não sua demanda, o que provocava a valorização do preço das "peças" de cativos. Os proprietários procuraram, então, dar melhor tratamento aos escravos, porém sem lhes reduzir a jornada de trabalho, tentando prolongar-lhes a vida útil. Ressalve-se: essa é uma questão relativa que podia variar de acordo com a região, uma vez que o fato de constituir-se como mercadoria investida de valor, nem sempre significou que a situação do escravo, como tal, foi assim percebida.

Em que pese a saúde dos escravos ser precondição na fixação do seu valor, soluções baratas, adotadas pelos seus proprietários, no fornecimento de moradia, alimentos, roupas ou remédios, mantiveram e proliferaram doenças entre eles. As mais comuns foram as doenças decorrentes dos maus-tratos físicos ou do trabalho fatigante. Aliás, como bem o demonstra a alta incidência de doenças pulmonares, no período, estudada recentemente com base nas estatísticas da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Zelar pela saúde da força de trabalho escrava manteve-se, durante os períodos colonial e imperial, como atribuição estranha ao Estado e as condições de vida desses trabalhadores eram precaríssimas: acomodavam-se em habitações insalubres, mal vestidos, mal nutridos, submetidos a intenso horário de trabalho – de dezesseis a dezoito horas, incluído o serão noturno –, debilitavam-se pelas parasitoses, tuberculose, sífilis e outras enfermidades, além das epidemias que assolavam o Brasil (varíola, cólera e febre amarela), e eram assistidos nas fazendas por fazendeiros que se orientavam por guias médicos populares e Chernoviz – o Formulário ou Guia Médico e o Dicionário de Medicina Popular, escritos pelo Dr. Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, médico polonês que aportou no Rio de Janeiro em 1840, que tiveram grande repercussão e ficaram popularizados pela expressão Chernoviz – ou por curandeiros e feiticeiros.

A síntese de tais condições de existência traduzia-se na elevada mortalidade da população cativa, ou seja, nos anos 1860, de cada 100 trabalhadores escravizados em boas condições de saúde somente 25% após 3 anos estavam aptos ao trabalho, sendo que a duração média da força de trabalho era de quinze anos. A mortalidade infantil era de 88%. Dados recentes revelam que a expectativa de vida de um escravo do sexo masculino ao nascer, em 1872, era de 18,3 anos, enquanto a da população como um todo era de 27,4 anos. O cativo homem nascido nos Estados Unidos da América em torno de 1850 tinha uma expectativa de vida de 35,5 anos.

O fato é que enquanto a força de trabalho foi cativa, ou melhor, enquanto não se constituiu uma numerosa população de trabalhadores livres e ocorreu o fim do trabalho escravo não emergiram medidas e políticas de saúde pública no país. Mas foi justamente com essa realidade – caracterizada pela inexistência de políticas sociais ao lado da necessidade de sua implementação – que as elites e outros atores políticos se defrontaram no estado de São Paulo, no final do século dezenove, quando se deu a criação do mercado de trabalho livre. ★

Na próxima edição de Página 13, leia a continuação deste texto.

***Ricardo Menezes** é sanitarista e militante do PT-SP

“A direita vai apostar na turbulência”

A deputada federal Iriny Lopes (ES) fala das eleições presidenciais, da situação no Espírito Santo, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e da Secretaria de Relações Internacionais do PT.

Como se dará a campanha eleitoral de Dilma?

As pesquisas eleitorais recentes demonstram a consolidação da candidatura da companheira Dilma Roussef à presidência da República. À medida em que crescem os percentuais favoráveis, aumenta a carga de ataques da chamada nova direita (PSDB, PPS) e da direita tradicional, personificada pelo DEM.

As eleições de 2010 prometem turbulências, que passam pela fabricação de denúncias, escândalos, com intenção clara de fragilizar o governo Lula e, por conseguinte, Dilma. Nada que o PT não conheça. Afinal, desde o primeiro mandato de Lula a oposição age como no período de Carlos Lacerda, usando, como ele, a mídia como principal caixa de ressonância de suas idéias conservadoras. Os ataques se intensificaram no final do ano passado, quando as pesquisas apontaram Dilma tecnicamente empatada com José Serra. Foram alvos da oposição demo-tucana a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, o MST, com a criação da CPI do MST, e o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).

Agora, através do mesmo de sempre, promotor José Carlos Blat, a oposição tenta atingir o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Requentando uma denúncia de 2006, o promotor acusa Vaccari Neto, quando ainda era ex-presidente da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), de desvio de dinheiro. Curiosamente, esse promotor está sendo investigado por seus pares por sob acusação de proteger o contrabandista chinês Law Kin Chong, de abuso de autoridade, truculência, de negociar com um delegado a liberação de seu pai (preso em flagrante por armazenar bens roubados), e suspeita de enriquecimento ilícito. Esse é o estandarte da lisura que o PSDB ostenta para atacar o PT.

O período será turbulento, mas ao contrário dos tucanos, o PT tem um resultado, uma herança positiva para mostrar. O Brasil com Lula pode não ser perfeito, mas é inegável que hoje temos um país melhor. Atravessamos uma crise financeira mundial graças ao programa de governo do PT, que priorizava o mercado interno ao externo, diminuindo dependências de outros países, sobretudo dos EUA.

O PAC é uma realidade, muito embora a mídia e o PSDB tentem desqualificá-lo. Quem anda pelas favelas do Rio e em outros lugares do Brasil sabe do que estamos falando. As comunidades estão se sentindo prestigiadas com as obras de escolas, postos de saúde, saneamento básico, moradia digna. Essas obras aqueceram o comércio local e representou para muitos lugares a reabilitação.

De outro lado, o governo investiu em infra-estrutura para viabilizar também o comércio exterior. No PAC 2 há previsão de ampliação de aeroportos, rodovias, investimentos pesados no sistema portuário. Enfim, ações que contemplam o crescimento econômico, mas que têm um diferencial claro em relação ao projeto neoliberal: o nosso pressuposto é o desenvolvimento social, fortalecimento local e regional, com vistas à diminuição das imensas desigualdades sociais e econômicas.

Para isso, o Estado tem que ser o indutor desse projeto. Tem que ser fortalecido. Isso faz toda a diferença. Os tucanos venderam empresas lucrativas, como a Vale do Rio Doce, as de telefonia a preço de banana, atrofiaram o estado e aumentaram a dependência do Brasil dos EUA. Se estivéssemos com o PSDB na presidência quando da crise mundial em 2008, teríamos ido ao fundo do poço.

Dilma será eleita a primeira mulher a dirigir o país, porque ela é a principal responsável pela guinada do governo, a partir de 2005, em favor de uma concepção mais desenvolvimentista. Ela carrega essa marca, de levar o governo a abraçar o conceito de desenvolvimento, junto com a sensibilidade social.

O governo Lula, graças a influência do PT, ampliou a participação social e, ao contrário dos tucanos Serra (SP) e Yeda (RS), não criminalizou os movimentos sociais. Buscou sempre o diálogo para resolução dos conflitos, dos impasses que surgiram.

O governo do PT tem o que mostrar e as pessoas sabem comparar o que foi a vida nos tempos de FHC e a guinada para melhor no governo Lula. E Dilma é protagonista nessa construção. Por isso, entendemos que a despeito de todas as armadilhas, armações que a oposição possa arquitetar, a população saberá escolher.

Qual o cenário para o PT do Espírito Santo nas eleições de 2010?

O PT capixaba se antecipou e de certa forma atropelou o cronograma eleitoral. Normalmente, os partidos iniciam as conversas, mas a definição de candidaturas se dá no primeiro semestre antes da eleição, após os diálogos com parceiros tradicionais, como é o caso do PSB, do PCdoB, e também com os novos, como o PMDB.

Ao retirar sua candidatura majoritária e declarar apoio a Ferraço, um ano e meio antes do processo eleitoral, o PT ignorou a dinâmica política e acabou sendo pego de surpresa, com o anúncio de que o atual governador não sairia do cargo para concorrer à vaga no Senado.

Isso dificulta toda a costura anterior feita pelo partido, que considerou o fato do vice-

governador não poder disputar a reeleição. Por essa lógica, o PT seria privilegiado em 2014.

Criticamos desde o início essa posição da maioria partidária, de antecipar a negociação. Queríamos que o PT ouvisse suas bases sobre as várias alternativas e que mantivesse as conversas com o PSB, o PCdoB, o PDT, enfim, que não ignorasse seus parceiros tradicionais. O risco é de que a base petista, a militância, muito embora feche com a candidatura da companheira Dilma, não se engaje na campanha ao governo do Estado.

O tempo mostrou que tínhamos razão, que essa forma açodada de fechar com muita antecedência os apoios poderia trazer imensos prejuízos ao partido. E trouxe. Teremos provavelmente um candidato à vice, mas o PT não se preocupou, como deveria e como era a recomendação nacional, em trabalhar a base parlamentar que dará sustentação ao governo Dilma, elegendo um maior número de deputados federais e senadores em todo o país. Hoje, não temos candidato ao Senado e as campanhas para a Câmara estão em risco, se o PT fechar a coligação proporcional com o PMDB.

Você é candidata à reeleição para um novo mandato de deputada federal. Como avalia a disputa?

Vou concorrer ao terceiro mandato como deputada federal. Defendemos uma coligação proporcional com outros partidos, que não o PMDB, já que no somatório da chapa o PT teria mais a perder do que ganhar. Mas se isso ocorrer, vamos para a disputa com a mesma disposição de antes.

Em termos reais, minha candidatura, pelo histórico das eleições anteriores, acrescenta à legenda. Gostaria muito que o PT trabalhasse para ampliar sua base parlamentar e isso pressupõe solidariedade, respeito a todos os companheiros que estão na disputa e, claro, empenho do partido para esse objetivo. Afinal, o partido que saiu mais fortalecido da eleição municipal deveria também trabalhar para ampliar (e não reduzir) sua bancada. As contas feitas para saber quem ganha e quem perde com determinada coligação são lógicas e fáceis de fazer. O cenário será mais difícil se o PT optar por uma aliança proporcional que dificulte a eleição das bancadas federal e estadual. Espero que prevaleça a defesa dos interesses do PT. De toda forma, com ou sem a coligação de nossos sonhos, trabalhamos a eleição com pé no chão, com nossas bases eleitorais e visando a ampliação desse contingente.

Nosso mandato sempre se pautou pelos interesses do povo do Espírito Santo, conjugando desenvolvimento com igualdade social, com respeito ao meio ambiente, aos direitos humanos. Isso é compromisso. Não é algo que cai das nuvens, mas que se sustenta com trabalho diário, com um mandato afinado com os movimentos sociais, com trabalhadores, pesquisadores, enfim, pessoas que querem um Espírito Santo com menos desigualdade.

Você assumiu recentemente, pela segunda vez, a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Quais são os desafios?

Existem dois temas que julgamos prioritários: a defesa do Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) e a questão da juventude.

No caso do PNDH 3, o debate foi muito distorcido por parte da mídia, que se incomodou e muito com o controle social sobre empresas que desrespeitam flagrantemente e reiteradamente os direitos humanos. Irritados com essa possibilidade, muitos empresários iniciaram um ataque violento contra o plano. Primeiro, atacaram a Comissão de Direito à Memória e à Verdade, alegando que se tratava de retaliação, de perseguição aos militares, algo totalmente inverídico. O que a sociedade deseja é poder conhecer a sua história e contá-la da forma mais correta possível. Não podemos fazer um presente e um futuro diferente, se desconhecemos o processo histórico. Para evitar o risco de outro período de ditadura militar, precisamos conhecer o que foram aqueles tempos, as perseguições aos opositores do regime, as torturas, as mortes, os inúmeros desaparecidos políticos. É disso que estamos falando.

Claro que a lei de Anistia não se sobrepõe aos crimes de lesa-humanidade. Portanto, não precisaríamos nem do PNDH 3 para processar militares, policiais que torturaram, mataram pessoas, que desapareceram com militantes de esquerda. O Brasil é signatário de diversos tratados de direitos humanos e com base neles poderíamos processar qualquer funcionário público que participou de torturas, assassinatos, dentre outros crimes daqueles anos de chumbo.

Em um segundo momento, a imprensa (ou parte dela) se ocupou em contrapor o governo à igreja católica, usando sobretudo a decisão que saiu da Conferência das Mulheres e que foi incluída no PNDH 3, relativa ao aborto.

Ora, o PNDH 3 é fruto de debates intensos na sociedade, resultado de inúmeras conferências, não só de direitos humanos, mas de mulheres, juventude, comunicação, entre outras. Enfim, foi um plano escrito por milhares de brasileiros e que o governo tem o dever de respeitar. Afinal, para isso é que são realizadas conferências municipais, estaduais, regionais e as nacionais. Nesses espaços, as pessoas têm a oportunidade de colocar posições, de disputar no voto suas concepções ideológicas. Respeitar a maioria, mesmo quando ela não escolhe o que desejamos, faz parte do processo democrático. E foi isso que também a mídia corporativa começou a questionar. Esse é o conceito de democracia. O que a imprensa defendeu entre dentes é o oposto disso.

De toda forma, parte do que está no PNDH 3 está no Congresso, em projetos que já existem e outros que serão encaminhados.

> ***"As eleições de 2010 prometem turbulências, que passam pela fabricação de denúncias, escândalos, com intenção clara de fragilizar o governo Lula e, por conseguinte, Dilma. Nada que o PT não conheça. Afinal, desde o primeiro mandato de Lula a oposição age como no período de Carlos Lacerda, usando, como ele, a mídia como principal caixa de ressonância de suas idéias conservadoras."***

Portanto, é no Legislativo que todos poderão mobilizar suas bases para o debate, sejam grupos contra ou a favor de determinadas propostas. Outras idéias do PNDH 3 já viraram programas desde o primeiro mandato do Lula e a previsão é de ampliação desses.

Minha atribuição como presidenta da Comissão de Direitos Humanos é promover o debate dos temas quando eles entrarem na comissão e farei isso da forma mais democrática possível, com audiências públicas convocando lados confrontantes.

A juventude é um tema que coloquei como prioritário, não só porque as estatísticas apontam para um extermínio de jovens, sobretudo negros e pobres, mas porque é preciso também apontar para a construção de políticas públicas que dêem a esses meninos e meninas uma outra perspectiva de futuro. A falta dela, a ausência de visibilidade, é que colaboram para o a ampliação substantiva desses índices de homicídios.

Também neste ano você foi conduzida à Secretaria de Relações Internacionais do PT. Qual a importância da SRI e as prioridades?

O PT, desde a sua fundação, tem atuação na esfera internacional. Nos anos 1980, as ações estavam muito relacionadas à solidariedade na luta contra ditaduras na América Latina e Caribenha. Também na esfera sindical houve um estreitamento de relações internacionais.

Uma segunda etapa se abrir a partir de 1990, quando movimentos e partidos de esquerda latinoamericanos e caribenhos reuniram-se na cidade de São Paulo, para debater alternativas frente ao neoliberalismo, que avançava em vários países, inclusive no Brasil, com o governo Collor. Esse debate desembocou no que futuramente iria ser denominado Foro de São Paulo.

Hoje, o PT ocupa a secretaria executiva do Foro de São Paulo, além de participar da Conferência Permanente de Partidos Políticos de América Latina (COPPPAL) e da Coordinación Socialista Latinoamericana (CSL).

O Partido dos Trabalhadores foi o primeiro a inserir a questão da integração regional em sua agenda, a promover debate sobre o Mercosul, resultado que foi incorporado aos programas de governo da campanha de Lula em 1994, 1998 e 2002. Também as prefeituras do PT estabeleceram relações, parcerias com outros países e não à toa, o Fórum Social Mundial teve como primeiro local a cidade de Porto Alegre, a pioneira na implantação do Orçamento Participativo. Outra dimensão importante é a atuação dos núcleos petistas no exterior.

A Secretaria de Relações Internacionais tem como uma de suas tarefas principais contribuir para que o PT tenha uma visão estratégica sobre os acontecimentos mundiais. Destaco a crise multipolar, o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, as articulações multilaterais e a integração continental.

> ***"A juventude é um tema que coloquei como prioritário, não só porque as estatísticas apontam para um extermínio de jovens, sobretudo negros e pobres, mas porque é preciso também apontar para a construção de políticas públicas para a juventude."***

As pessoas achavam que os EUA seriam mais razoáveis com Obama no poder. A realidade tem se mostrado outra. Há um claro aumento da agressividade dos EUA. A reativação da IV Frota justamente no momento em que o Brasil descobre o pré-sal, que colocará o país entre os maiores produtores de petróleo, não é gratuita. A disputa de poder passa pela área energética, recursos naturais, algo que o Brasil e alguns dos nossos parceiros têm em abundância. A política mundial e as relações de poder acontecem por apropriação e, muitas vezes, expropriação. Por isso, a importância do PT manter esse canal com partidos co-irmãos em todo o mundo. A compreensão dessa dinâmica ajuda na elaboração da política de relações internacionais dos candidatos do PT. Foi assim com Lula e será com Dilma. ★

Pedro Kemp

Num estado onde a política tem se voltado prioritariamente para atender aos interesses do agronegócio, da expansão da indústria sucro-alcooleira e de grandes grupos econômicos, o deputado estadual Pedro Kemp destaca-se, em sua atuação parlamentar, na defesa dos trabalhadores, da população indígena, dos negros, mulheres, crianças e adolescentes, educadores e outros segmentos vulnerabilizados socialmente.

Tendo iniciado sua militância política nas pastorais e movimentos sociais, Pedro Kemp tornou-se referência na defesa dos Direitos Humanos. Conheceu de perto a realidade das vítimas da violência e da exclusão social em Mato Grosso do Sul e engajou-se na luta por políticas sociais públicas e de promoção dos direitos de cidadania.

Foi vereador de Campo Grande (1996 a 1998) e esteve à frente da secretaria de estado de Educação (1999 a 2001). Ao assumir seu mandato no parlamento estadual, em 2001, desenvolveu a prática de reunir periodicamente apoiadores e militantes do PT, num espaço que ficou conhecido como Fórum do Mandato.

Abriu as portas da Assembléia para a participação popular, onde já realizou 23 audiências públicas e 4 seminários sobre temas de relevância como Lei Maria da Penha, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Ações Afirmativas, Trabalho Escravo, Agricultura Familiar, Educação Especial, Políticas para Juventude entre outros.

Em três mandatos, o deputado estadual Pedro Kemp conseguiu aprovar 32 leis, dentre as quais estão a que estabeleceu as cotas para negros na Universidade Estadual, isenção de taxas em concursos públicos para desempregados, licença-maternidade de seis meses para servidoras estaduais, combate à homofobia e a exploração sexual de crianças e a proibição da discriminação de trabalhadores inadimplentes.

O parlamentar petista sempre teve forte atuação na área da educação, discutindo políticas públicas para o setor e levantando bandeiras pela valorização dos educadores. Discutiu o projeto que resultou no Plano Estadual de Educação, foi autor da lei de gestão democrática nas escolas estaduais e criou a Frente Parlamentar em defesa da implantação do Piso Salarial Nacional do Magistério.

A presença de Kemp na Assembleia Legislativa deu voz e visibilidade a população indígena de Mato Grosso do Sul, a segunda maior do Brasil, que, enfrentando sérios problemas resultantes do confinamento em pequenas reservas, luta pela demarcação definitiva de suas terras tradicionais, hoje ocupadas por proprietários rurais.

PRÉ-CANDIDATURAS

Humberto Amaducci

Humberto Amaducci foi prefeito de Mundo Novo por dois mandatos consecutivos (2001/2004 – 2005/2008), terminando o seu segundo governo com 96% de aprovação popular.

Com trajetória militante iniciada nos grêmios estudantis, Humberto filiou-se ao PT em 1995 e, no ano seguinte, foi candidato a vereador, quando contribuiu com a vitória da companheira Dorcelina Folador a prefeita. Foi neste período que, convidado pelo saudoso companheiro Geraldo Garcia, integrou a Articulação de Esquerda, tendência em que milita e ajuda a construir.

Desde a época forjou sua militância política no PT e nos movimentos sociais, com destaque àqueles ligados a luta pela terra, participando decisivamente da construção da administração popular liderada pela Dorcelina.

Em 98, foi candidato a deputado estadual, cooperando para a vitória do companheiro Zeca do PT.

Após o brutal assassinato de Dorcelina, foi escolhido através de prévias realizadas pelo Diretório Municipal para liderar a belíssima campanha que recolocou o PT no comando da administração local. Já prefeito, Humberto retomou o projeto iniciado por Dorcelina, sendo reeleito em 2004. As gestões de Humberto se caracterizaram pela nitidez programática e compromisso com as bandeiras históricas do PT. Investimentos massivos em programas sociais, geração de renda e emprego, pavimentação e elaboração do projeto municipal de saneamento socioambiental, e democratização radical da gestão pública quando, de forma determinada, o Orçamento Participativo deliberava sobre 100% do orçamento do município. Estes destaques em sua administração consolidaram a experiência petista em Mundo Novo como uma referência positiva do modo petista de administrar, fortemente sintonizada a uma opção democrática e popular.

Com o compromisso histórico de defesa de mudanças profundas na sociedade, da construção do socialismo e dos interesses da maioria do povo, Humberto Amaducci coloca o seu nome a disposição do PT como pré-candidato a deputado estadual para dar consequência a esta rica trajetória; para defender o nosso projeto nacional através da eleição da companheira Dilma; para recolocar o PT no comando do governo do estado, através do companheiro Zeca do PT, retomando o projeto de mudanças interrompido em janeiro de 2007; e, por fim, para ajudar o PT a ampliar o seu espaço na assembléia legislativa e aumentar sua representatividade popular.

PRÉ-CANDIDATURAS

Lúdio Cabral

Os militantes da Articulação de Esquerda em Mato Grosso apóiam este ano o projeto de candidatura a deputado estadual do vereador por Cuiabá Lúdio Cabral. Integrante do coletivo local Graúna, Lúdio exerce o segundo mandato e é o único representante do PT no legislativo cuiabano.

Médico sanitarista, servidor público e professor universitário, o petista iniciou sua militância política no movimento estudantil na década de 90, quando presidiu a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem). Também atuou no movimento sindical e trabalha exclusivamente na saúde pública há 14 anos.

Em 2004, Lúdio concorreu pela primeira vez e venceu as eleições para vereador. Desenvolveu um mandato destacado pela participação coletiva dentro de uma metodologia baseada nas "rodas da cidadania", bem como por uma forte oposição à administração municipal do PSDB. A avaliação positiva do mandato no diálogo e enfrentamento dos problemas diários da população cuiabana, como a precariedade nos serviços de saúde, ausência de política pública de saneamento, transporte coletivo deficitário e a luta por uma série de direitos da cidadania resultou na reeleição do parlamentar em 2008.

No último PED, apoiado pela AE e outros coletivos do partido, Lúcio esteve à frente da tese que defendeu um PT protagonista do processo político e eleitoral no estado e a apresentação de um programa próprio de desenvolvimento para Mato Grosso. Tinha como objetivo a construção desse programa em dialogo com a cidadania numa perspectiva socialista de desenvolvimento sustentável e políticas públicas voltados para a maioria da população esquecida nos rincões do estado e nas periferias das cidades mato-grossense.

Essa tese assegurou a vitória de Lúdio na capital e a reeleição de Vilson Aguiar, militante da AE, como presidente do diretório municipal do PT cuiabano.

A construção da candidatura de Lúdio para deputado estadual deve resultar na aglutinação de forças da esquerda petista do estado em torno de um projeto de mandato qualificado, comprometido com a cidadania e com as transformações propostas pelo socialismo. O projeto visa difundir em todo o estado um modelo de mandato petista já vivenciado e aprovado pela população de Cuiabá, fortalecendo a representação e a identidade do PT em Mato Grosso.

A candidatura de Lúdio, além de dar voz ao conjunto dos movimentos sociais no estado, também abre caminho para a conquista de prefeitura de Cuiabá pelo PT em 2012.

PRÉ-CANDIDATURAS

Jairo Rocha

Na sexta, 09 de abril, cerca de 100 militantes da AE se encontraram no Sindicato dos Bancários em uma Plenária para debater e encaminhar a pauta das Eleições 2010. Será nossa primeira eleição presidencial sem o companheiro Lula como candidato.

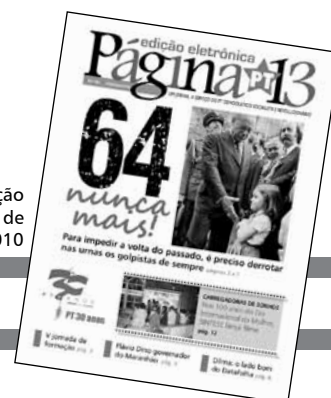
Para ajudar o PT a dar conta deste desafio, a Articulação de Esquerda deliberou apresentar o nome do companheiro Jairo Rocha como candidato a deputado federal.

Todos os camaradas que manifestaram sua posição na Plenária defenderam a candidatura Jairo Rocha. Antes de cada pedido para que ele aceitasse a tarefa de ser o candidato da tendência, os companheiros citavam onde o conheceram... na Pastoral da Juventude, nas greves gerais, nas ocupações do MST, no Grito dos Excluídos, nas lutas e disputas sindicais, nas reinvidicações do Movimento Comunitário, nas campanhas do PT, na Presidência do PT... Na Luta. Lá o encontraram e conheceram.

Emocionado, o duro e sensível militante, assumiu mais uma tarefa apresentada pela Articulação de Esquerda. Antes fez um pedido: "quero que a candidatura da AE seja inscrita com a assinatura e apoio de ao menos 1.000(mil) filiados e filiadas. Essa é nossa primeira tarefa."

Jairo Rocha é casado com Dirce Gonzaga. Fruto desse amor-militante nasceu Caroline Rocha, hoje com 13 anos de idade.

Camarada forjado na luta, Jairo Rocha sempre teve uma militância no interior dos movimentos sociais, junto ao movimento comunitário de Igreja, particularmente na Pastoral da Juventude. Está filiado ao PT desde 1991. Foi Presidente do PT de Cuiabá e Secretário Geral do PT do Mato Grosso. Hoje é membro da executiva estadual e já assumiu várias tarefas como dirigente municipal e estadual do PT. Trabalha como assessor parlamentar da Senadora Serys Slhessarenko desde janeiro de 2001.

Jairo Rocha, pela sua competência, postura séria e comprometida com as bandeiras históricas do PT, e pela credibilidade que possui junto à militância petista e movimentos sociais, se credencia, seguramente, para assumir a importante tarefa de ser candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. **(Elisvaldo Almeida, o Bob, é Secretário Geral do PT de Cuiabá-MT)**

Capa da edição eletrônica de 31-03-2010

Próxima edição do Página 13 (eletrônica) circula no dia 25 de abril

Irene

A "batalha de São Paulo" sem dúvida será decisiva na guerra eleitoral que será travada de forma aberta a partir de julho próximo e decidida nas urnas de outubro.

Desde há muito em São Paulo se concentra o estado maior das tropas inimigas, com as sedes das grandes corporações da plutocracia endinheirada, com as âncoras do "partido da mídia", com uma classe dominante conservadora até a medula.

Contra esta turma é preciso muita determinação para vencer, o que é o caso da imensa maioria da militância de base do PT no estado.

A Articulação de Esquerda de São Paulo, que desde sempre combateu um certo derrotismo implícito na vacilação da maioria da direção estadual em definir-se por uma candidatura própria do PT ao governo do estado, vem para a campanha com sede de vitória e disposição para virar o jogo de décadas de domínio tucano em São Paulo.

A candidatura à deputada estadual da companheira Irene, atualmente vereadora em

Diadema, é peça importante na nossa tática eleitoral em 2010. Irene é uma petista de primeira hora, que combina experiência de governo, vivência do legislativo e combatividade construída nas lutas diretas dos movimentos sociais.

Militante estudantil na PUC-SP nos anos 70, Irene participou do combate contra a ditadura militar. Já advogada, engajou-se no trabalho de defesa das populações ameaçadas por despejos e reintegrações de posse.

Participou ativamente da construção de sucessivos governos petistas em Diadema. Dentre outras atuações importantes foi Secretária de Assuntos Jurídicos e coordenou os trabalhos da Casa Beth Lobo, órgão de defesa dos direitos e de combate à violência contra as mulheres.

Desde 2001 vem sendo eleita para sucessivos mandatos de vereadora na Câmara Municipal de Diadema, se destacando pela combatividade na defesa dos direitos das mulheres e do funcionalismo público, atuando na defesa do caráter público das empresas municipais de transporte coletivo e saneamento básico, apoiando as mobilizações do movimento popular na luta pela Reforma Urbana.

Com esta trajetória e experiência de lutas, Irene poderá contribuir em muito para o avanço das lutas dos trabalhadores, das mulheres e da juventude de São Paulo. Será uma voz da esquerda socialista do PT na Assembléia Legislativa, o que a prática mostrou, é uma necessidade urgente.

Breno Cortella

Breno Cortella tem 25 anos, é o mais jovem vereador de Araras. Eleito pela primeira vez em 2004 aos 19 anos, foi o único vereador do PT naquele mandato. Reeleito em 2008 alcançou a posição de segundo vereador mais votado da cidade.

Filiado ao PT desde os 16 anos quando iniciou militância no movimento estudantil secundarista, foi o primeiro secretário de juventude do PT em Araras. No PED de 2007 foi eleito presidente do Diretório Municipal. É também Secretário de Formação Política da Macrorregião Campinas do PT, que reúne 69 cidades.

Bacharel em Direito, é presidente da Comissão de Justiça e Redação da Câmara. Líder da Bancada petista, tem atuado na defesa e no apoio ao governo interino do PT na Prefeitura de Araras.

Como vereador, Breno mostrou a força da juventude com uma atuação reconhecida pela firmeza de suas atitudes e posições, provando que é possível ser um vereador diferente e que a juventude pode ocupar espaços institucionais.

Agora se apresenta como candidato a Deputado Estadual para renovar a Assembléia Legislativa e construir um mandato socialista no parlamento paulista.

Sua trajetória tem sido reconhecida pela atuação com os movimentos populares, na luta em defesa do meio ambiente, da juventude, dos trabalhadores, da participação popular, da cidadania e dos direitos humanos. Também teve importante papel na fiscalização da administração municipal, no enfrentamento com a direita e na formulação de denúncias de irregularidades da gestão anterior.

Breno tem desempenhado papel importante na luta pela livre orientação sexual e cidadania LGBT. Atuante na luta das mulheres, contra o machismo, é autor da sessão solene na Câmara do Dia Internacional das Mulheres e do projeto de ampliação da licença maternidade para seis meses. No combate ao racismo e à discriminação, foi autor da lei municipal do feriado no dia 20 de novembro. Defensor do direito à moradia, militou em defesa de uma política municipal de habitação.

Como Deputado Estadual, Breno continuará sua trajetória reafirmando a importância dos movimentos populares na luta pela transformação social e pela garantia de direitos, defendendo o resgate da educação pública no Estado de São Paulo, a valorização da saúde e ações na área do esporte e cultura.

Breno atua contra o (des)governo tucano que desmonta o Estado e implanta sua política de privatizações, pedágios e presídios. Para isso será necessário derrotar os tucanos em São Paulo, elegendo Mercadante Governador e Marta senadora.

PRÉ-CANDIDATURAS

Ana Lucia

Em Sergipe, ela é conhecida como Ana Lucia, a Guerreira, por seu espírito combativo e suas posições firmes em defesa dos trabalhadores da cidade e do campo, e dos movimentos sociais. Quadro histórico do Partido dos Trabalhadores, a vida da deputada estadual Ana Lucia se confunde com a história do PT de Sergipe e com a luta dos professores sergipanos em torno do seu sindicato, o Sintese (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Básica de Ensino de Sergipe), que se tornou a maior entidade sindical do Estado, em grande parte, graças ao trabalho e a dedicação da professora, enquanto presidente por dois mandatos.

Eleita deputada estadual pela primeira vez em 2002, a professora Ana Lucia realiza um mandato atuante no Parlamento sergipano, mandato este verdadeiramente democrático e popular, compromissado com os interesses da classe trabalhadora. Deputada estadual mais votada na história do Partido dos Trabalhadores de Sergipe, em 2006 foi reeleita com 50% de votos a mais que na primeira eleição. A deputada guerreira segue na luta pelo reconhecimento e garantia dos direitos dos educadores e de toda a classe trabalhadora, bem como dos grupos sociais menos favorecidos.

Convocada pelo governador Marcelo Déda e atendendo ao chamado do seu partido, do início de 2007 até o final de abril de 2009, Ana Lucia afastou-se da vida parlamentar para exercer a função de secretária de Estado de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social, onde deu importantes contribuições, com políticas progressistas, ampliando sua área de atuação e contribuindo ainda mais para a efetiva mudança que o povo sergipano busca. Criou programas inovadores no Estado, inclusive implantando projetos de pioneirismo no Brasil, a exemplo da Cozinha Experimental Solar, onde os alimentos são preparados em fogões solares.

De volta à Assembléia Legislativa, a deputada Ana Lucia demonstrou coragem e competência para a reabertura do diálogo entre o Governo do Estado e os professores da rede pública estadual para as negociações salariais da categoria. Também abriu as negociações salariais em várias redes municipais de Educação. Mas seu trabalho não se resume apenas à sua categoria. Seu apoio e atenção estão presentes nas lutas de todas as categorias de trabalhadores, nos movimentos sociais, nas associações e em qualquer outra forma de organização social.

Desde o seu primeiro mandato, a deputada Ana Lucia jamais aceitou ter acesso à aposentadoria como parlamentar. Também nunca recebeu um centavo das verbas das convocações extras. Ana Lucia determinou, desde o começo de sua jornada, enquanto parlamentar, que a Assembleia Legislativa repassasse as verbas de convocação extraordinárias diretamente para contas de instituições sociais como abrigos, creches, escolas, entre outras.

Na avaliação da deputada sergipana, o Governo Lula trouxe muitos avanços, principalmente no acesso à inclusão social, e a ministra Dilma Rousseff apresenta o perfil que o Brasil precisa para dar continuidade ao trabalho do atual presidente. "Dilma tem todas as condições para dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Governo Lula". (**Adriana Sangalli e George Washington Silva**)

PRÉ-CANDIDATURAS

Marcelino Galo

A candidatura de Marcelino Galo para deputado estadual é o resultado de um projeto político coletivo e fruto de um conjunto de experiências acumuladas. Da militância estudantil na esquerda revolucionária quando estudava Agronomia no campus da UFBA em Cruz das Almas, participando como delegado do Congresso da Reconstrução da UNE em 1979, filiando-se ao PT desde a sua fundação e dedicando a vida profissional ao fortalecimento da luta pela terra. Nessa caminhada Marcelino Galo tornou-se militante da Reforma Agrária tendo estreitado os laços com os movimentos sociais do campo. Tornou-se Superintendente do INCRA no primeiro ano do governo Lula e dirigiu a gestão que mais desapropriou terras em todo o país naquele período.

Logo no ano de 2005, foi eleito Presidente Estadual do PT. Foi quando tomou nas mãos a tarefa de conduzir o partido em um dos seus períodos mais difíceis construindo fortes laços de companheirismo com os partidos da esquerda, com a militância partidária e com lideranças do PT como o companheiro Guilherme Menezes, prefeito do município de Vitória da Conquista referência do modo petista de governar que Marcelino acompanha de perto.

Sua firmeza ideológica e capacidade de atuação foram também fundamentais para que o Partido vivesse um dos seus momentos mais importantes: a condução do processo que levou a eleição de Jaques Wagner para governar a Bahia em 2006. Esta experiência resultou na organização do livro Novos Ventos da Política Baiana para o qual entrevistou os principais atores políticos – incluindo o próprio governador já eleito - que levaram a esta vitória.

Hoje, Marcelino é membro do Diretório Estadual do PT da Bahia e dirige a Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura na Bahia contribuindo com a gestão em que foi constituído o Ministério da Pesca e Aquicultura, um grande avanço para consolidação de uma política para o setor. Seja através da militância partidária ou das ações de governo, Marcelino Galo busca contribuir para a organização popular e para a melhoria da vida das pessoas.

Nada disso teria sido possível sem o apoio de um conjunto de companheiros e companheiras que ao longo desses anos caminharam juntos nas grandes lutas. Nada disso teria sentido se não fosse para cumprir um projeto de esquerda que é, antes de tudo, um projeto de humanidade. (**Renata Rossi, Weldes Valeriano Queiroz e Rivaldo Gusmão**)

PRÉ-CANDIDATURAS

Serafim

A luta faz a lei. Essa é a frase que trago comigo desde o início da minha trajetória política, que começou na adolescência. Comecei a trabalhar com 14 anos e aos 18 fui contratado para trabalhar na Carbonífera Próspera, em Criciúma, sul de Santa Catarina. A partir daí comecei a ver como a classe trabalhadora era tratada neste país. Os patrões e as leis defendiam o trabalhador braçal que pensasse pouco e trabalhasse muito. Foi então que me tornei líder dos mineiros naquela empresa e essa liderança combativa foi espalhada para todo o setor, fazendo com que eu assumisse a presidência do Sindicato dos Mineiros de Criciúma em 1986. O desafio era maior que enfrentar patrões, policiais e os poderes executivo, legislativo e judiciário. O desafio começava no descrédito que eu tinha por assumir a presidência do sindicato sendo tão jovem.

Mas nossas lutas foram incansáveis. Muitas vezes renunciamos a nossa própria vida para defender a classe trabalhadora. Foram guerras históricas contra a polícia, foram dias de greve que chegaram a comprometer a saúde e o bem-estar das nossas esposas e filhos. Mas tudo isso valeu a pena. Conseguimos garantir melhores condições de trabalho para os mineiros, reduzindo drasticamente o numero de acidentes no subsolo e erradicando as mortes de mineiros por doenças pulmonares.

A política sindical e dos movimentos sociais me empurrou para a política partidária. Fui um dos fundadores do PT por acreditar que a classe trabalhadora precisava enfrentar os patrões também na esfera política. Fui vereador por três mandatos, deixando o último mandato para assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em fevereiro de 2001. Fui eleito deputado em 2002 com quase 29 mi votos e nas eleições de 2006 fiquei fora da Assembleia por menos de 1000 votos.

Fora da Assembleia Legislativa voltei a participar efetivamente dos movimentos sindicais e sociais. Assumi uma cadeira na diretoria da Cooperminas, mina de carvão que os trabalhadores administram desde que os patrões faliram a antiga CBCA. Nosso trabalho com os movimentos sociais se manteve, continuamos participando de todas as lutas que envolvem a classe trabalhadora.

Por tudo isso nosso grupo defende a minha candidatura novamente para deputado estadual em Santa Catarina. Como este não é e nunca foi um projeto particular eu acato as decisões deste grupo e aceito o desafio. Nossa história de luta não acabou com a minha saída da Assembleia, mas os movimentos sociais e sindicais precisam recuperar essa referência no Poder Legislativo Catarinense. (José Paulo Serafim)

PRÉ-CANDIDATURAS

Círio Vandresen

Círio Vandresen é pré-candidato a Deputado Estadual pelo PT Catarinense. Nasceu no município de Rio Fortuna, na região Sul de Santa Catarina. Atualmente reside em São José.

Atuou como Padre durante 17 anos, e sempre se dedicou as causas sociais, militando na CPT, na luta pela terra e na organização e defesa dos trabalhadores da cidade e do campo.

É graduado em Filosofia e Teologia e Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi fundador da AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos da Serra Geral, sendo atualmente diretor da entidade.

Círio Vandresen tem longa militância no Partido e na Articulação de Esquerda. Foi candidato a prefeito no município de São José em 2004 e 2008, tendo alcançado votação expressiva nas duas ocasiões. É suplente de Deputado Estadual, tendo exercido o mandato parlamentar por um período em 2009, por ocasião do rodízio parlamentar implementado pela direção estadual do PT.

Teve atuação destacada no Parlamento Estadual na defesa e apresentação de projetos de Lei que beneficiam os pescadores artesanais, aquicultores e piscicultores, bem como os agricultores familiares que produzem produtos agroecológicos e a defesa das entidades de Assistência Social do estado.

Em 2003 integrou o Governo Lula, tendo coordenado a implantação do Programa Fome Zero na região Sul do Brasil. Atualmente integra a equipe do Ministério da Pesca e Aqüicultura em Santa Catarina, coordenando a implantação e a organização dos Territórios da Pesca.

Como principais bandeiras de luta, estão a Pesca Artesanal, a Segurança Alimentar, a Agricultura Ecológica, a Luta por Creches, a Mobilidade Urbana e o Saneamento Ambiental, sempre atuando em conjunto e para fortalecer as organizações sociais do estado.

É autor do projeto de Lei que implementa a merenda escolar com produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar, beneficiando diretamente as famílias envolvidas na produção e garantindo alimentos de qualidade para os alunos da rede estadual de ensino e para as famílias pobres que são atendidas pelas entidades sociais de Santa Catarina, através de vários programas, como por exemplo o Programa de Compra Direta do Governo Luta.

Sua pré-candidatura representa a região da Grande Florianópolis, a Região Sul e o litoral Norte Catarinense, bem como vários setores sociais, como a Pesca Artesanal, a Agricultura Familiar Orgânica, Pastorais Sociais, entidades sociais e ambientais, entre outras.

PRÉ-CANDIDATURAS

Maria Conceição

Maria Conceição Lopes Fontoura nasceu em 14 de fevereiro de 1950 em Cachoeira do Sul. Estudou na Escola Normal João Neves da Fontoura e no Colégio Liberato Salzano Vieira da Cunha. Conviveu, muitas vezes, com o fato de ter sido a única aluna negra da turma. Morar em Cachoeira do Sul foi fundamental para a inserção e a militância nos movimentos sociais negro e de mulheres negras. Formou-se no Curso Normal em 1969. Após transfere-se com sua família para Porto Alegre.

Em 1971 ingressou no Curso de Letras da UFRGS, formando-se em 1974. Ainda em 1973, em pleno regime militar, entrou no Grupo Palmares liderado pelo poeta Oliveira Silveira. Palmares inseriu o dia 20 de novembro, como a data mais significativa para a população negra brasileira. Em 1973, através de concurso público, ingressou no quadro de servidores da UFRGS.

Em 8 de março de 1987, com outras mulheres negras, criam Maria Mulher Grupo de Mulheres Negras. Objetivos iniciais: discutir temas de interesse das mulheres negras e fazer intervenção na sociedade, a fim de visibilizá-los. Em 1987, participa da reconstrução da ASSUFRGS. Foi dirigente da entidade em duas gestões. Em 1988 recebe o título de Mestre em Educação, pela Faculdade de Educação da UFRGS.

Em 1990, é eleita pelos Técnicos-Administravos para integrar o Conselho Universitário da UFRGS. Em 1994 ingressa oficialmente no PT. Foi Secretária Estadual de Combate ao Racismo de 1997 a 1999. No segundo turno da eleição de 1998, é responsável pela reunião de militantes antirracismo suprapartidários, para eleger o governador Olívio Dutra. Após, reúne militantes para formular um programa de governo antirracismo. Desde 1998 disponibiliza seu nome como candidata a cargos eletivos, a fim de contribuir para o empoderamento das mulheres negras.

De 2005 a 2008, fez parte do Coletivo da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT. A partir de 2007 integra a Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS.

Tem compromisso com a construção de uma sociedade socialista, que respeite e valorize todas as pessoas. Trabalho e renda para todas as pessoas. Educação que valorize a diversidade racial brasileira. Liberdade de expressão religiosa. Valorização das juventudes e das mulheres. Apoio à luta dos quilombolas. Políticas afirmativas para os setores, até aqui, excluídos. Valorização das culturas negra e indígena. Apoio às políticas afirmativas do governo federal.

PRÉ-CANDIDATURAS

Edegar Pretto

Edegar Pretto, assim como seus oito irmãos, tem a origem na agricultura familiar. Até os seus 15 anos trabalhou na roça, ajudando a família, na pequena propriedade, no interior do município de Miraguaí.

Edegar seguiu os passos do pai, Adão Pretto, primeiro pequeno agricultor a ocupar uma cadeira no parlamento gaúcho, acompanhando-o nas romarias, marchas, protestos de pequenos agricultores, nas lutas dos movimentos sociais, nos atos de fortalecimento do PT, em manifestações como as Diretas Já, seguro agrícola, aposentadoria rural, entre outras.

Em 1986, quando Adão Pretto foi eleito deputado constituinte estadual, Edegar foi responsável pelo comitê eleitoral do PT da Regional Palmeira das Missões, à época localizado em Frederico Westphalen.

Depois da eleição, Edegar muda com a família para o município de Viamão. Foi o primeiro contato com a realidade urbana. Torna-se liderança estudantil na Escola Estadual Walter Jobim. Em 1989 participa da Greve Geral contra a política econômica, convocada pela CUT e sindicatos. Em 1990, foi um dos coordenadores da campanha que garantiu a eleição de Adão Pretto (federal) e de Marangon (estadual).

De 1991 a 1994, Edegar Pretto foi assessor na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, presidida por Marangon. Em 1994 Edegar integrou a administração popular da cidade de Novo Barreiro, recém emancipada, na primeira gestão do PT no município e uma das pioneiras do interior do Estado. Em 1995 Edgar foi chefe de gabinete do prefeito Edemar Rosseto e, posteriormente secretario da Fazenda. No mesmo município, Edgar coordenou a campanha vitoriosa à reeleição do PT daquele município, elegendo João Klein prefeito e sendo seu secretário de Administração na gestão municipal.

Nesse período, Edegar foi membro da coordenação regional do PT de Palmeira das Missões, tendo atuado no fortalecimento do partido. Desde 1999, foi chefe de gabinete nos três mandatos do deputado estadual Marcon, na Assembleia Legislativa.

Militância forjada nas organizações e movimentos de representação dos trabalhadores do campo e da cidade, Edegar possui uma trajetória marcada por uma profunda identidade e afinidade com as lutas dos movimentos sociais. Em Sarandi ajudou a organizar o acampamento que culminou com a criação do MPA.

Formado em Gestão Pública, Edegar integra o grupo *Cantadores da Luta do Povo,* que anima atos e manifestações através da música.

PRÉ-CANDIDATURAS

Luci Choinacki

Nascida em 17 de março de 1954, no município de Descanso-SC, conheceu desde cedo a dureza da vida na atividade rural, dos preconceitos, da cultura de uma sociedade capitalista patriarcal. O pequeno pedaço de terra perdido pela família e o trabalho como meeiros – quando mal sobrava para a comida – são fatos lembrados constantemente, que permeiam sua vida. Talvez aí, quando menina, filha de agricultores, como tantas milhares, já tenha compreendido as injustiças do mundo que ela, felizmente, não aceita como "fato natural", como sempre quiseram.

A vida foi um aprendizado que a tornou uma das mais atuantes mulheres na política brasileira. Formada junto com os movimentos sociais oriundos das comunidades eclesiais de base, forjou, com o sacrifício a que as mulheres trabalhadoras estão habituadas e ao qual não se dobram, a personalidade de uma guerreira, defensora dos empobrecidos, dos mais excluídos, principalmente das mulheres trabalhadoras.

Venceu o preconceito daqueles que não admitiam – e muitos não admitem até hoje – que uma mulher, agricultora, e empobrecida, participasse de atividades políticas e sociais de organização e de mobilização.

Da enxada ao parlamento, o caminho foi longo, a começar pelas pastorais sociais e CPT, pela filiação ao PT em 1982, pela oposição sindical que, alguns anos depois, resultaria na formação da CUT e na construção do Movimento das Mulheres Agricultoras e do MST em Santa Catarina.

Eleita, em 1986, para a Assembléia Legislativa de SC, causava furor pelas posições firmes e combativas num parlamento em que era a única mulher. Foi eleita deputada estadual constituinte em 1987. Quatro anos depois, foi eleita para a Câmara dos Deputados, para onde foi reconduzida em 1999 e 2003.

O parlamento tornou-se, o novo local de suas lutas, sem esquecer, jamais, da sua origem de mulher trabalhadora, humilde e lutadora, primando pela ética na atuação política e pessoal e o profundo respeito a cada uma das companheiras e companheiros e a cada uma das pessoas como seres humanos que são.

Lutou pela aposentadoria dos trabalhadores rurais, e conseguiu; pelos direitos da mulher agricultora – aposentadoria, licença maternidade, políticas de saúde - e conseguiu; apresentou em 2001 a PEC 385 para criar o direito à aposentadoria das donas de casa, reconhecendo seu trabalho e fazendo a inclusão social: a luta pela regulamentação continua até os dias de hoje.

Foi candidata ao Senado Federal em 1994 e 2006 e presidente do PT /SC de 2007 até 2009.

PRÉ-CANDIDATURAS

Ana Affonso

Em 2004, com 2.392 votos, Ana Affonso foi a primeira mulher da história eleita pelo Partido dos Trabalhadores de São Leopoldo (RS) para o Poder Legislativo. Em 2008, foi reeleita como a candidata mais votada da cidade. Logo depois, assume a presidência da Câmara de Vereadores, liderando o governo Vanazzi.

Ana Affonso começou a lecionar em 1992, na Escola Municipal Dilza Flores, no Bairro Feitoria e foi eleita diretora em 1997. Assumiu a presidência do Ceprol-Sindicato dos professores municipais em 2000 e liderou a primeira greve unificada do funcionalismo. Em 2005, em seu primeiro ano como vereadora, Ana aprovou a Lei do Livro, ganhou reconhecimento estadual ao criar a Lei Contra a Discriminação dos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Travestis, além de conceder apoio a realização da Parada Gay e de implementar a Sessão Solene em homenagem ao orgulho GLBTT.

Constituiu o Comitê das Donas de Casa, com o intuito de fomentar a concessão de aposentaria à categoria, projeto de autoria da Deputada Federal Luci Choinacki, hoje aprovado no Congresso Nacional. Estruturou o Gabinete nos Bairros para discutir a Lei Maria da Penha e promoveu a Cavalgada das Mulheres. Constituiu e coordenou por cinco anos a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente.

Outro feito histórico consolidou Ana Affonso como nova liderança política do PT no estado: em 2008, quando ela foi reeleita vereadora de São Leopoldo, conquistando 3.976 votos, sendo a candidata mais votada, houve uma tentativa de impugnar a candidatura, alegando problemas com a cidadania. A volta por cima veio com duas vitórias arrebatadoras, no tribunal e nas urnas.

Assumiu a presidência da Câmara de Vereadores em 2009. Nesta condição, Ana propôs a reformulação da Lei Orgânica, colocou em prática o projeto Câmara Cultural, garantiu a realização das obras de adaptação do prédio do Legislativo às pessoas com deficiência, levou sessões plenárias aos bairros, no projeto Câmara Cidadã, e instituiu o Parlamento Popular, fomentando a participação comunitária nas questões políticas e assumiu a função de prefeita em exercício.

Por toda esta trajetória de lutas e conquistas, apresentamos Ana Affonso como pré-candidata a deputada estadual para fortalecer o PT, para contribuir na reeleição do nosso projeto nacional com a companheira Dilma Presidenta, para reeleger nosso senador Paim e retomar o projeto democrático e popular aqui no estado através da eleição de Tarso Governador.

Nos encontramos em Caruaru

*Lício Lobo**

Neste ano de 2010 a Escola de Quadros da Articulação de Esquerda promove a quinta jornada nacional de formação política da corrente, voltada aos militantes de todo pais.

Devido ao período de intensas movimentações eleitorais, será oferecida uma programação com dois cursos semanais, conforme grade constante no box abaixo.

Desta vez, a jornada será realizada em Pernambuco. No jornal Página 13 serão divulgados mais detalhes, como local e custos de participação.

É importante que desde já as direções estaduais e municipais pautem o envio de militantes para esta atividade de formação, de modo a impulsionar a reflexão política e ideológica necessária para enfrentarmos com sucesso os desafios da luta de classes no Brasil nos próximos anos.

As inscrições podem ser enviadas para liciolobo@uol.com.br, com cópia para edmavalquer@uol.com.br

No inicio de 2011 está programada a realização da sexta jornada, na qual será retomada a grade completa dos cursos oferecidos pela Escola de Quadros da AE:

1. Introdução às resoluções políticas da Articulação de Esquerda
2. Desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Brasil
3. Feminismo e Luta Socialista
4. Propaganda Política, Ideológica e Eleitoral
5. Introdução a "O Capital", de Karl Marx
6. Economia e sociologia da pesca e aquicultura

V JORNADA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA DA AE
5 A 18 DE JULHO - PERNAMBUCO

A V jornada nacional de formação política da AE será de 5 a 18 de julho, no Santuário das Comunidades, em Caruaru/PE. Nesta jornada serão oferecidos dois cursos: "Introdução às resoluções políticas da Articulação de Esquerda" e "Desenvolvimento do capitalismo e luta pelo socialismo no Brasil e na América Latina".

CURSO 1
INTRODUÇÃO ÀS RESOLUÇÕES POLÍTICAS DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA
5 a 11 de julho de 2010

Dia 05/7 - segunda feira
Manhã – abertura, apresentação
Tarde - Estudo das Resoluções da X Conferência Nacional da AE: Socialismo/Estratégia/Bloco Histórico
Noite - Cinema

Dia 06/7 - terça feira
Manhã – História da Luta pelo Socialismo (HLPS), período 1848-1917
Tarde - HLPS, a Revolução Russa
Noite - HLPS, a Revolução Chinesa

Dia 07/7 - quarta feira
Manhã - HLPS, a Revolução Cubana e as guerrilhas na Am. Latina
Tarde - HLPS, o governo da Unidade Popular no Chile
Noite - HLPS, caracterização do momento atual da luta de classes, neoliberalismo e imperialismo

Dia 08/7 - quinta feira
Manhã - Estudo das Resoluções da X Conferência - A questão do Programa, a questão do Partido
Tarde - Estudo das Resoluções da X Conferência - Feminismo e Luta Socialista
Noite - Cinema

Dia 09/7 - sexta feira
Manhã - História do Brasil (até 1930)
Tarde - História do Brasil (1930 a 1964)
Noite - História do Brasil (1964 a 1980)

Dia 10/7 - sábado
Manhã - História do PT (1980-2009) e da AE (1993-2009)
Tarde - História do Governo Lula
Noite - Festa

Dia 11/7 - domingo
Manhã - Avaliação
Tarde – Encerramento

CURSO 2
DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL
12 a 18 de julho de 2010

Dia 12/7, segunda feira
Manhã – abertura e apresentação
Tarde - situação atual, panorama da conjuntura internacional, com ênfase na América Latina
Noite – Cinema

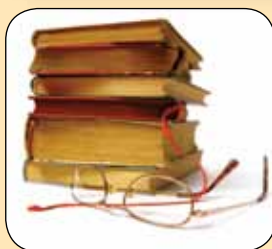
Dia 13/7, terça feira
Manhã e Tarde - Modo de produção capitalista e história do continente latino-americano
Noite – Cinema

Dia 14/7, quarta feira
Manhã e Tarde - Desenvolvimento capitalista no Brasil: texto base "Um mundo a ganhar" de Wladimir Pomar
Noite - Cinema

Dia 15/7, quinta feira
Manhã e Tarde - Desenvolvimento capitalista no Brasil: análise da formação social brasileira hoje
Noite – Cinema

Dia 16/7, sexta feira
Manhã - Programa e estratégia democrático-popular e socialista nas condições da luta de classe no Brasil atual;
Tarde – Programa e estratégia democrático-popular e socialista no Brasil sob a perspectiva da luta das mulheres
Noite - Cinema

Dia 17/7, sábado
Manhã e Tarde - Análise crítica do governo Lula e propostas para o governo Dilma, à luz da estratégia democrático-popular e socialista;
Noite – festa

Dia 18/7, domingo
Manhã - Avaliação
Tarde – Encerramento

Os preços são: Curso 1: R$300,00 Curso 2: R$300,00

Incluso no preço: hospedagem, alimentação e traslado Recife-Caruaru (haverá transporte saindo de Recife nos dias 4/7 e 11/7, de modo a que os alunos pernoitem em Caruaru na véspera do inicio dos cursos).

Inscrições devem ser feitas através do correio eletrônico liciolobo@uol.com.br